Aos três dias do mês de julho de 2020, às dez horas, os membros do Conselho Fiscal da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo reuniram-se por meio de videoconferência, para participarem da 31ª Reunião Ordinária do Conselho de Fiscal. Participaram os seguintes **conselheiros titulares**: João Carlos de Melo, representando o IBRAM; Márcio Tadeu Pedrosa, representando a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES e Tarcísio de Paula Cardoso, representando a Associação Comunitária dos Chacareiros do Maravilha - ACOMCHAMA. Participaram como **conselheiros suplentes**: Renato Júnio Constâncio, representando a CEMIG; Frederico Luciano Santos, representando a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES e Weber Coutinho, representando a Associação Comunitária de Recuperação da Bacia da Pampulha. **Participaram também**: Berenice Coutinho Malheiros dos Santos, Rúbia Santos Barbosa Mansur, Célia Maria Brandão Fróes, André Rodrigues de Oliveira, Ohany Vasconcelos Ferreira e Thiago Batista Campos, pela Agência Peixe Vivo e Luiza Baggio, pela comunicação. O presidente do Conselho Fiscal, João Carlos de Melo, assume os trabalhos e após a verificação do quórum inicia a reunião em primeira convocação, fazendo a leitura da seguinte pauta: **Item 1** - Abertura e verificação de quórum. **Item 2** - Aprovação da ata da 30ª reunião do Conselho Fiscal, realizada em 03 de março de 2020. **Item 3** - Apresentação dos relatórios financeiros dos contratos de gestão do IGAM e ANA, período de janeiro a maio de 2020. **Item 4** - Apresentação do planejamento de investimentos para 2020 dos contratos de gestão IGAM/VELHAS e ANA/CBHSF. **Item 5** - Encerramento. **Item 2** Na sequência, o presidente do Conselho Fiscal coloca a ata da 30ª reunião do Conselho Fiscal, realizada em 3 de março de 2020, em aprovação. A mesma é aprovada sem ressalvas. **Item 3** Com a palavra a Gerente de Administração e Finanças da Agência Peixe Vivo, Berenice Coutinho, apresenta os relatórios financeiros dos Contratos de Gestão com a ANA e o IGAM. Começando pelo Contrato de Gestão 014/ANA/2010 – CBH rio São Francisco informa que no dia 20 de janeiro de 2020 a Agência Peixe Vivo recebeu em torno de um milhão e oitocentos mil reais em conta, informa ainda que em 02/07/2020, houve comunicado da ANA que este recurso refere-se a um saldo residual do exercício de 2019. Explica que a informação é positiva em termos orçamentários, pois reduz o saldo negativo de 478 mil reais que constava na virada do exercício. Esclarece que em termos financeiros nada muda, pois o recurso já estava em conta. Continua dizendo que era esperada a receita de aproximadamente 41 milhões de reais em 2020 e até o momento nada foi repassado. Por esse motivo a Agência está usando o recurso de 92,5% para pagamento de despesas de custeio e posteriormente será feito o acerto. Informa que na data de 31 de maio havia um saldo na conta bancária do CG 014/ANA/2010 de aproximadamente 103 milhões de reais provenientes da cobrança na bacia hidrográfica do rio São Francisco, 8 mil reais referente a um saldo residual da conta bancária de recurso adicional e na conta bancária destinada a um Plano de Trabalho Especial – PTE que será executado na região do Baixo São Francisco, pouco menos de 5 milhões de reais, chegando a um total de receita no montante de R$108.113.348,70. Continua informando que foi aprovado pelo Conselho de Administração um orçamento de custeio administrativo da Agência Peixe Vivo para 2020 de R$3.153.000,00 e que até o momento foi gasto R$1.100.000,00, incluídas as despesas com a demissão da assessora técnica Patrícia Sena. Esclarece que a Agência vem realizando um grande trabalho de contenção de despesas de custeio, considerando a pandemia. Houve a demissão de uma funcionária de Maceió que estava no período de experiência; eliminação dos escritórios regionais de Bom Jesus da Lapa/BA, Petrolina/PE e de uma das salas do escritório de Maceió/AL, além do encerramento do contrato com a empresa que disponibilizava profissional para prestação de serviços gerais em Maceió/AL. Esclarece que as economias não estão refletidas no relatório atual, pois até maio os imóveis ainda estavam em funcionamento. Deixa claro que todas as medidas de contenção de despesas foram tomadas em comum acordo com a diretoria do CBHSF e acredita que os cortes trarão uma economia de cerca de 200 mil reais no ano. Finaliza informando que como não houve repasse, o saldo negativo de custeio é de aproximadamente R$1.400.000,00 em termos orçamentários. Com a palavra, Tarcísio Cardoso questiona se houve aumento na necessidade de aquisição de material permanente durante a pandemia, pois dos 30 mil reais planejados para esse tipo de despesa, foram gastos 21 mil reais. Célia Froes explica que anualmente é destinada uma quantia

para modernização de equipamentos obsoletos e que, felizmente, nesse ano foram adquiridos alguns notebooks e computadores, que vêm sendo úteis para os funcionários durante o *home office*. Tarcísio Cardoso também pergunta se houve mais despesas com o contrato da assessoria jurídica devido à pandemia e se a inclusão do advogado no quadro de pessoal da Agência vai ajudar a reduzir o custo. Berenice Coutinho explica que o contrato com a empresa que prestava serviço de assessoria jurídica foi encerrado no fim de março e que foi contratada uma funcionária para prestar o serviço jurídico, ou seja, o valor de 30 mil que consta no relatório como despesa com a empresa jurídica não será mais alterado. Completa dizendo que a Diretoria da Agência Peixe Vivo entendeu que o custo com a contratação da funcionária será menor e mais vantajosa do que manter o contrato com a empresa terceirizada. Tarcísio Cardoso aproveita para solicitar a revisão geral e correção em alguns erros materiais pontuais que observou no texto do relatório financeiro. Na sequência, Berenice Coutinho passa para o Contrato de Gestão nº 083/ANA/2017 – CBH rio Verde Grande. Explica que os recursos ficam em três contas bancárias distintas por orientação da ANA. Inicia a apresentação sobre a conta de recursos da cobrança, falando que o único repasse deste ano foi feito em janeiro no valor de 22 mil reais. O saldo em conta, entretanto, é de 172 mil reais, considerando o recurso que foi transportando do exercício de 2019 para 2020. Sobre a conta de custeio adicional, informa que o ano de 2019 foi encerrado com saldo positivo de aproximadamente 600 mil reais e com esse recurso é feito o pagamento de pessoal, aluguel e outras despesas de custeio. Ressalta que foram contratadas 2 novas funcionárias para a equipe técnica da Agência, cujos salários são compartilhados com recursos desta conta e recursos da conta do São Francisco. Em relação à conta do PTE, Berenice Coutinho explica que, finalizados os projetos em andamento, não serão feitos novos depósitos pela ANA. A Gerente de Administração e Finanças explica que vem sendo apresentado um relatório financeiro para cada conta bancária do Verde Grande a pedido do ex-presidente do Conselho de Administração, mas informa que os relatórios podem ser consolidados. Os conselheiros dizem que a apresentação dos relatórios de forma separada facilita o entendimento e pedem que o formato seja mantido no Verde Grande e adotado para o São Francisco. Na sequência, Berenice Coutinho passa para os Contratos de Gestão com o IGAM, informando que a situação é dramática, pois não houve repasse do recurso da cobrança em 2019 e em 2020. Com relação ao Contrato de Gestão nº 03/IGAM/2017 – CBH rio das Velhas informa que o saldo em conta bancária é de aproximadamente 35 milhões de reais. Diz que as despesas de custeio estão dentro do planejado, considerando que o orçamento aprovado foi R$1.300.000,00 e que em cinco meses foi gasto menos de 1/3 desse valor. Fala que até 31 de maio o saldo de custeio era de 235 mil reais e que permanecendo sem acréscimo de receita, o mesmo será esgotado dentro de dois meses. Informa que se for necessário será utilizado o recurso de investimento e posteriormente será feito o equilíbrio orçamentário. Na sequência, informa que está contingenciado em torno de doze milhões e meio de reais de investimento e 600 mil reais de custeio. Em relação ao Contrato de Gestão nº 01/IGAM/2016 – CBH do rio Pará diz que não houve nenhum repasse de investimento (92,5%) e o saldo de custeio em conta foi transportado de 2019 para 2020 (170 mil reais). A sede do Comitê foi fechada e a funcionária está trabalhando em regime de *home office*. Explica que quatro funcionários foram contratados de forma compartilhada com os recursos da cobrança nas bacias dos rios Pará e Velhas e que se não houver repasses, as despesas terão que ser absorvidas totalmente pelo Contrato de gestão do CBH rio das Velhas, provavelmente a partir de setembro. A Agência tentará manter a funcionária contratada exclusivamente com os recursos do rio Pará até dezembro. Na sequência, informa que está contingenciado o valor em torno de sete milhões e meio de reais de investimento e 300 mil reais de custeio. Com a palavra, Tarcísio Cardoso elogia a clareza na gestão da Agência e na apresentação dos relatórios financeiros. Berenice Coutinho informa que as prestações de contas da ANA foram aprovadas por unanimidade até 2018, mas que o IGAM ainda não aprovou nenhuma prestação de contas da Agência desde 2011. Entende que a situação é preocupante, pois não permite que a Agência ajuste eventuais inconformidades observadas em um ano nos exercícios subsequentes. Ressalta que o procedimento adotado com as contas dos Contratos de Gestão com a ANA é replicado para as contas dos Contratos de Gestão com o IGAM. Renato

Constâncio sugere que esse assunto seja provocado no Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH e João Carlos de Melo sugere verificar um caminho jurídico, junto ao Tribunal de Contas do Estado – TCE. Célia Froes explica que o IGAM alega pouca capacidade operacional para aprovar as prestações de contas. Comenta que já foram feitas reuniões com escritório de advocacia que trabalha com direito administrativo e prestação de contas e que foi informada que não é possível antecipar um processo judicial para cobrar celeridade do Estado. Diz que a Agência também se reuniu com o TCE e em consequência dessa visita, o TCE realizou uma auditoria no IGAM e na própria Agência Peixe Vivo, mas que o resultado do trabalho não foi divulgado. Comenta que o IGAM chegou a criar uma força tarefa para adiantar a análise das prestações de contas, mas o processo foi interrompido. Finalmente, a Diretora Geral se compromete a elaborar uma nota explicativa resumida sobre a ausência de aprovação das prestações de contas pelo IGAM, para ser enviada por Renato Constâncio a outros parceiros na tentativa de incluir esse assunto na pauta da reunião do CERH. Além disso, irá discutir internamente as possibilidades jurídicas e informar aos conselheiros na próxima reunião. **Item 4** Com a palavra Thiago Campos faz uma apresentação sobre a situação dos investimentos dos recursos da cobrança nas bacias hidrográficas dos rios das Velhas e São Francisco. Inicia explicando a metodologia adotada para acompanhamento dos projetos. Diz que todas as demandas de investimentos aprovadas provenientes dos Comitês são inseridas em uma carteira de projetos para cada Contrato de Gestão. Em seguida faz-se uma previsão orçamentária para a ação demandada e a mesma é agregada no cômputo de valores das demais demandas para assegurar que não ocorrerá insuficiência orçamentária. À medida que as demandas vão sendo orçadas ou contratadas, a Agência realiza projeções físicas e financeiras, objetivando simular o desempenho executivo da entidade em um determinado exercício. Mensalmente, a carteira de projetos atualizada é apresentada aos Presidentes ou Diretoria dos Comitês para tomarem ciência do trabalho realizado e de eventuais limitações orçamentárias ou operacionais. Diz que até o momento, nenhuma carteira de projetos tem valores que extrapolam os recursos disponíveis em caixa, para os dois Contratos de Gestão, nos próximos 2 anos e que a preocupação atual está mais voltada à capacidade operacional de atender todas às demandas do que com o saldo orçamentário. Ressalta que a contratação das duas funcionárias para a Gerência de Projetos já vem trazendo resultados positivos. Fala que a Pandemia da COVID-19 está sendo determinante nas projeções de investimentos em ambos os Contratos de Gestão e frustrou parte da expectativa de iniciar novos projetos no primeiro quadrimestre do ano. Informa que a Agência Peixe Vivo vem se adaptando e que não tem havido grandes prejuízos em projetos que iniciaram antes da pandemia. O CBH Rio das Velhas possui 12 ações em andamento e 29 previstas para ocorrem em 2020. O desembolso do ano está estimado em seis milhões e meio de reais, considerando projetos já contratados e a contratar. Até maio de 2020 houve o desembolso de 2 milhões de reais. O saldo em conta disponível para investimento é de aproximadamente R$32.000.000,00 e se considerado o valor comprometido (em licitação e planejado) serão gastos R$23.000.000,00. Em relação ao São Francisco, diz que há 22 ações em andamento e 78 previstas para ocorrem em 2020 e 2021. O desembolso para 2020 estava estimado em 30 milhões de reais, considerando projetos já contratados e a contratar. Até maio de 2020 houve o desembolso de 4 milhões de reais. O saldo em conta disponível para investimento é aproximadamente R$97.000.000,00 e se considerado o valor comprometido (em licitação e planejado) serão gastos R$90.000.000,00 nos próximos dois anos. Ressalta que após o processo licitatório, o valor orçado cai em torno de 20% a 25%, a depender do investimento, e que por esse motivo não há risco de extrapolação do saldo disponível em conta. Completa dizendo que historicamente o que melhora a execução financeira são as ações estruturais. Márcio Pedrosa pergunta sobre o desenvolvimento do trabalho das empresas executoras, tendo em vista a pandemia e Thiago Campos fala que os projetos mais prejudicados são os que demandam de reuniões ou audiências públicas presenciais, mas que as principais ações não precisaram ser interrompidas. Rúbia Mansur completa dizendo que no âmbito da Gerência de Integração houve paralisação do processo eleitoral e do contrato de organização do III Simpósio da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Na sequência, o Gerente de Projetos da Agência Peixe Vivo comenta que o processo licitatório de levantamento para

cadastro do trecho incremental do Rio São Francisco que estava suspenso por determinação da justiça poderá ser retomado. O trabalho, relativamente rápido, está estimado em 3 milhões de reais. Na sequência, Tarcísio Cardoso pergunta sobre o andamento do projeto do Viveiro de Mudas Langsdorff e Thiago Campos diz que não foi observado nenhum problema na execução contratual e entende que deve ser pensado na criação de instrumentos para gerar demandas de mudas. Com a palavra Márcio Pedrosa fala da importância da videoconferência e sugere que a Agência Peixe Vivo avance na realização de eventos online para reduzir os custos. Thiago Campos e Rúbia Mansur destacam que já há melhorias nesse sentido, inclusive com a previsão de realização de audiências públicas dos Planos Municiais de Saneamento Básico e reuniões Plenárias online. **Item 5** – Encerramento. Não tendo mais assuntos a tratar, o Presidente do Conselho encerrou a reunião da qual se lavrou a presente ata, que após lida e aprovada pelos presentes, será assinada pelo Presidente do Conselho Fiscal e Secretária *ad hoc.*

João Carlos de Melo
Presidente do Conselho Fiscal

Célia Maria Brandão Fróes
Secretária *ad hoc*